



Relatório de Atividades

do Balanço e Contas e Parecer do Conselho Fiscal // 2016

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia
Rua Teixeira Lopes, 33
4400-320 Vila Nova de Gaia

Relatório de Atividades
do Balanço e Contas e Parecer do Conselho Fiscal
2016



Índice

A Mensagem do Provedor 01

Órgãos Sociais 03

Atividades dos Órgãos Sociais da Irmandade 04

Parcerias e Protocolos 05

Academia Sénior de Gaia 05

Religião e Culto 06

Informação, Comunicação e Imagem 06

Arquivo e Centro de Documentação 06

Serviço de Qualidade 06

Empreendedorismo Social 06

Eventos Culturais 07

Área Operacional da Educação

Creche e Jardim de Infância D. Emília de Jesus Costa 08

Casa de Acolhimento 08

Área Operacional de Intervenção Social

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas 09

Centro de Dia 10

Apoio Domiciliário 10

Serviço de Ação Social 10

Serviço de Voluntariado 11

Residências Seniores Conde das Devezas 12

Área Operacional da Saúde

Centro de Medicina Física e Reabilitação 12

Farmácia da Misericórdia 14

Serviço de Recursos Humanos, Formação, Higiene e Segurança no Trabalho 15

Património Imóvel 17

Proposta de Aplicação de Resultados 20

Notas Finais 20

Anexos

Relatório de Contas: Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 21

Parecer do Conselho Fiscal 56

Parecer do Revisor Oficial de Contas 57



Mensagem do Provedor

Prezadas Irmãs e Irmãos,

É com muito gosto que submetemos à Irmandade o Relatório de Atividades e Contas do exercício anual que terminou em 31.12.2016.

Como certamente verificarão, este exercício teve um resultado positivo de € 47.164,40 mas, mais do que a informação económico/financeira, queremos e devemos destacar alguns pontos que constituem o produto das opções estratégicas destes Corpos Gerentes e que estão a resultar, de forma positiva, na sustentabilidade desejada para a nossa Santa Casa:

- Concluímos em 26.10.2016 com a Câmara Municipal de Gaia toda a configuração do projecto do loteamento da Quinta das Devesas que contemplou um aumento da área construtiva em mais cerca de 2500 m2 comparativamente ao acordado em Outubro de 2008.

Apraz-nos ainda referir a decisão tomada em Assembleia Geral de Irmãos e acolhida pelos técnicos da Câmara Municipal Gaia, que se traduziu em votação favorável por parte da Vereação. Referimo-nos ao que se poderia considerar um desconforto se tivéssemos, como estava indicado no primeiro protocolo, aceitado manter dentro dos lotes que nos foram atribuídos uma linha de água com todos os inconvenientes daí resultantes. Felizmente, a Câmara de Gaia aceitou “tomar” conta de tudo o que envolve essa mesma linha de água e que fica no espaço que foi cedido ao domínio público municipal;

- Renegociamos com a empresa Diaverum o prolongamento do contrato por mais 8 anos para além do acordo que estava em curso, e que consiste numa prolongada garantia de rendimento nos próximos 15 anos;

- Celebramos no último trimestre de 2016 um novo contrato para a Direção Clínica do Centro de Medicina Física e de Reabilitação e que, à data em que elaboramos este relatório, vem já confirmar o acerto da decisão, através de uma clara melhoria da rentabilidade desta valência e da prestação de um melhor serviço. Registe-se ainda que mesmo antes deste novo acordo, conseguimos, após vários anos de resultados negativos, alcançar um resultado positivo em 2016;

- Continuamos a apostar na melhoria dos nossos Recursos Humanos. Nesse sentido, promovemos: uma reestruturação do Organograma da SCMG, com a criação da Direção-Geral e a criação de duas áreas: Área de Gestão de Pessoas e a Área do Empreendedorismo e Inovação Social e à substituição daqueles que, já esgotados pela idade e pelos muitos anos de serviço, nos procuraram com vista à saída da Instituição, o que tem permitido fazer a renovação por gente mais jovem. Mesmo assim, como diz no relatório, continuamos com uma média superior a 45 anos em toda a SCMG, vamos seguramente diminuir esta média etária, no que ainda resta do atual mandato;

- Iniciámos o processo de Avaliação de Desempenho e prosseguimos o processo de implementação do Sistema da Qualidade. No final do primeiro semestre de 2017 estarão ambos concluídos e, cremos, produzirão bons resultados;

- Concluímos que o agravamento dos encargos salariais verificados em 2016, resultou do reforço dos Quadros Superiores, das indemnizações pagas por extinção de postos de trabalhos, do aumento da Taxa Contributiva para a Segurança Social em 0,4% e da atualização do Salário Mínimo Nacional;

- Preocupa-nos a situação da nossa Creche e Jardim de Infância na medida em que temos vindo a perder alunos (no Jardim de Infância) para o ensino público sem que consigamos equilibrar esta valência. Estamos a fazer tudo o que é possível para ter mais uma sala na creche (onde temos bastante procura) por “troca” com uma sala no Jardim de Infância onde temos vagas por preencher que quase atingem as duas dezenas. Contamos com o apoio do Centro Distrital da Segurança Social para atingir este equilíbrio e pensamos ter acolhimento no decurso de 2017;

- Continuamos preocupados com a situação da Casa de Acolhimento Temporário de Crianças em Risco – que continua a produzir resultados negativos – pese embora a promessa de aumento da capacidade de 15 para 19 crianças, os imperativos da atual legislação fazem com que a receita gerada por mais 4 crianças seja absorvida praticamente na íntegra pelo aumento de mais Recursos Humanos;

- Remodelamos o espaço da nossa Farmácia, procurando dar um maior enfoque aos produtos de Dermocosmética (ou seja, não medicamentos) e que geram maior volume de vendas e, é sabido, maior rentabilidade; lançamos a empreitada em 2016 e está pronta à data da elaboração deste relatório;

- Realizamos obras nos Equipamentos Sociais com vista a melhorar as condições de conforto e segurança dos nossos clientes e investimos em matéria de segurança nos Equipamentos da terceira idade e infância;

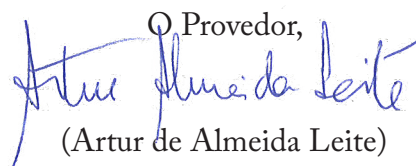
- Continuamos a pugnar pelo aumento das receitas provenientes do património (temos 199 contratos habitacionais e 35 comerciais) e, por isso, damos uma nota mais exaustiva no descritivo deste relatório de tudo o que estamos a fazer para recuperar o património de rendimento, em alguns casos com obras a decorrer e noutros casos com elaboração de projetos que originarão obras ainda no decurso de 2017;

- Uma palavra final para o nosso Hospital. Procuramos perceber ao longo de 2016 o que nos poderia esperar nesta matéria mas, nem o Ministério da Saúde, nem a Administração Regional da Saúde do Norte nos deram qualquer sinal para o futuro Percebemos todos a importância deste equipamento, se colocado no lado certo da nossa equação ... ;

- Terminamos com um apelo às Irmãs e Irmãos. A aprovação do Compromisso, resultante da legislação em vigor, implica uma maior aproximação à Instituição sob pena de uma diminuição do número de Irmãos. Temos de lutar contra essa ameaça e decidido que foi o lançamento de uma campanha a favor da angariação de novos Irmãos, apelamos a todos para que regularizem as suas quotas e nos façam chegar novas propostas de Irmãos, para tornarmos ainda mais forte a nossa Irmandade.

Manifestamos a todos (Irmãs e Irmãos, Voluntários, Fornecedores, Utentes, Entidades Públicas da Segurança Social e da Saúde, Município de Gaia, etc.) o nosso agradecimento pela participação nos resultados deste exercício mas, acima de todos, agradecemos aos nossos Trabalhadores, sem os quais tal não seria possível. Bem hajam pelo vosso empenho.

Vila Nova de Gaia, 01 de Março de 2017

O Provedor,

(Artur de Almeida Leite)

Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Misericórdia de Gaia são constituídos pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal. Os titulares dos Órgãos Sociais, em 2016, foram eleitos pelos Irmãos para o Quadriénio 2015/2018.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente, Dr. Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso
Vice-Presidente, Dr. Manuel Joaquim Pinto Barbosa Leão
1.º Secretário, Dr. José Carlos Moreira da Cunha Barros
2.º Secretário, Eng.º Vítor António Junqueira Cerqueira

Secretários Suplentes

Casimiro Rodrigues Sousa
Arnaldo António Vieira Ribeiro

Mesa Administrativa

Provedor, Artur de Almeida Leite
Vice-Provedor, Dr. António Carlos Almeida Teixeira
Secretário, Dr. Joaquim Eduardo Sousa Gonçalves de Sá
Tesoureiro, Luís Marques Gomes
Vogal, Dr. José Carlos Filipe Ramos
Vogal, Dr.ª Inácia Glória Moreira Martins Barbosa Leão
Vogal, Dr.ª Maria Luísa Fernandes Dantas da Silva
Vogal, Dr. José Urbano Soares (Até abril 2016)
Vogal, Eng.º António Fernando de Aguiar Ferreira (A partir de maio 2016)
Vogal, Dr. Mário Rui Figueira de Campos Fontemanha

Suplentes

Dr. Mário Rui do Carmo Matos
Eng.º Américo António da Silva Monteiro

Conselho Fiscal

Presidente, Eng.º Manuel Francisco Caruncho de Sá
Vogal, Manuel Fernando Chaves da Silva
Vogal, Rui Manuel Tavares Poças

Suplentes

Joaquim Carlos Dias Monteiro
Dr. Alcino José Lopes Vieira dos Santos



1159
Irmãos

4 admissões
16 desistências
17 falecimentos

Atividades dos Órgãos Sociais e Irmandade

Assembleias Gerais Ordinárias

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia reuniu em Assembleia Geral Ordinária nos meses de março e novembro, respetivamente, para “Apreciação, discussão e votação do Relatório da Mesa Administrativa e do Balanço e Contas de Gerência do exercício de 2015 e Pareceres do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas” e “Apreciação, discussão e votação da Conta de Exploração Previsional e do Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos, bem como do Plano de Atividades para o exercício de 2017 e Parecer do Conselho Fiscal”.

Assembleias Gerais Extraordinárias

No ano de 2016, a Irmandade reuniu em Assembleia Geral Extraordinária por 4 vezes:

Em 30 de março, para “Apreciação, discussão e votação de uma proposta da Mesa Administrativa no sentido de que o atual Provedor passe a ser remunerado no desempenho do cargo e fixação dessa remuneração, conforme previsto nos art.ºs 17.º, n.º 2 e 22.º, n.º 1 al. l) do Compromisso e, no caso de votação favorável, apreciar, discutir e votar proposta de retificação orçamental para o ano fiscal de 2016, com a inclusão da verba respetiva.”

Em 25 de julho, para “Apreciação, discussão e votação de proposta apresentada pela Mesa Administrativa, em parte decorrente de notificação vinda da Direção-Geral da Segurança Social, no sentido de serem alteradas as redações de determinadas alíneas do Compromisso”; Deliberar acerca de proposta apresentada pela Mesa Administrativa para alienação de prédio urbano sito na Rua da Ponte Nova 58/62, no Porto; Deliberar acerca de proposta apresentada pela Mesa Administrativa para alteração das premissas financeira e temporal do contrato de arrendamento em vigor com a empresa DIAVERUM; Deliberar sobre proposta da Mesa Administrativa para alteração do Alvará do Loteamento n.º 02/2009, referente à Quinta do Estado ou das Devezas”, vulgarmente designado por “Loteamento da Quinta das Devezas”, como sugerido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia”.

Em 21 de outubro, para “Deliberar sobre a autorização para prorrogar o prazo de amortização de capital

e juros no âmbito do crédito relativo à Linha de Crédito de Apoio à Economia Social”; “Deliberar sobre a proposta da Mesa Administrativa para a contratualização de um financiamento bancário no montante de cerca de € 1.950.000,00, destinado às obras de requalificação das Residências Seniores Conde das Devezas, Cozinha e Lavandaria Únicas”. Em 30 de novembro, para “Deliberar sobre proposta apresentada pela Mesa Administrativa no sentido de ser aceite o valor de € 3.578,19, oferecido pelas Águas do Porto, em expropriação amigável, de parcela 2 de 1/15 indivisos do prédio rústico no Lugar da Quinta do Fatum, Porto”; “Deliberar sobre proposta da Mesa Administrativa para os valores da Joia de admissão e da Quota a pagar pelos Irmãos no ano de 2017”.

Mesa Administrativa

No ano de 2016, a Mesa Administrativa reuniu em 20 (vinte) sessões ordinárias e, uma vez, em sessão extraordinária.

A Mesa Administrativa assegurou de forma prudente, cumprindo e fazendo cumprir, o exercício de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa que visam apoiar os mais pobres, cuidar dos mais frágeis e desprotegidos.

Conselho Fiscal

Para a observância dos princípios da sustentabilidade da Instituição e o rigoroso cumprimento na execução orçamental, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando mapas financeiros e demais elementos necessários à prossecução da atividade, à emissão de pareceres e apresentação de recomendações.

Conselho Geral

O Conselho Geral manteve no ano de 2016 como Coordenador o Irmão Senhor Dr. José Tavares Pinto Brandão e reuniu em conformidade com o previsto no Compromisso da Irmandade.

Parcerias e Protocolos

As Parcerias entre organizações são uma possibilidade de busca de uma sociedade mais justa e menos desigual e através das quais são oferecidos serviços.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia mantém, desde há vários anos, o privilégio de estabelecer parcerias com diversas organizações e entidades e das quais resultam benefícios mútuos às partes envolvidas. Desta envolvimento e solidariedade geradas buscamos nas parcerias uma proteção que assegure e amplie os direitos dos nossos trabalhadores e que proporcione melhor qualidade e mais variedade nos serviços para os nossos clientes.

No ano de 2016 foram estabelecidos e assinados novos Protocolos que damos a conhecer.



Com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU), no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”.



Para a promoção de um envelhecimento ativo da comunidade, apoiando na coordenação e implementação do projeto “Desporto Sénior”.

Para apoio à beneficiação dos seus Equipamentos Sociais.

Para apoio técnico com vista à classificação dos seus imóveis e preparação das candidaturas ao Programa 2020 ou a outros programas de financiamento.



Em 31 de dezembro de 2016, a Academia Sénior de Gaia contava com 526 alunos. Registamos também o aumento da oferta formativa com as disciplinas de Cavaquinho, Cultura Geral, Danças Afro-latinas, Desenho, Guitarra, novos módulos de Informática, Inglês, Pintura e Hidroginástica.



CATÓLICA PORTO



No apoio à implementação do “Projeto Arco Maior”, que promove a reintegração social e escolar de jovens que abandonaram o sistema escolar sem terem concluído o 6.º e/ou 9.º anos de escolaridade e não se encontram nem em formação nem a trabalhar.



Com a Esonor, Empresa de Serviços e Ótica do Norte, Ld.ª, permitindo aos Trabalhadores da SCMG e seus familiares diretos, condições especiais de acesso aos seus produtos e bens.



Com a SecWay, Ld.ª, para a formação e desenvolvimento de competências dos Trabalhadores da SCMG.



Com a Barbot, Indústria de Tintas, SA, que permite à SCMG obter condições comerciais vantajosas na aquisição de tintas para consumo interno.



Com Ponto Saúde – Serviços de Análises Clínicas – com colheitas gratuitas nos Equipamentos Sociais, extensivas a Trabalhadores e Irmãos e com colheitas ao domicílio, também gratuitas.



QF – Formação & Consultoria, Ld.ª, para a frequência de ações de formação pelos trabalhadores da SCMG com vista ao aumento das suas qualificações e competências.

Religião e Culto

Conforme prevê o Compromisso das Santas Casas, o culto faz parte da essência das Misericórdias e, rogar a Deus pelos vivos e defuntos, constitui uma das catorze obras de Misericórdia. A Santa Casa assegurou nas Capelas dos seus Equipamentos a assistência espiritual e religiosa aos seus

residentes e outros serviços religiosos dos quais destacamos: as missas de sufrágio pelos Irmãos falecidos, as cerimónias litúrgicas da Semana Santa, a missa no mês de novembro de cada ano pela alma de todos os Irmãos, Trabalhadores e Benfeitores falecidos e outros atos de culto que constituem encargos aceites.

Informação, Comunicação e Imagem

No ano de 2016 foi publicado o número 28 da revista “Notícias MG”. Por motivos de reorganização dos recursos humanos e materiais afetos ao serviço, a edição dos números posteriores foram suspensos, procedendo-se à mudança de estratégia da comunicação interna e externa. Paralelamente, o serviço manteve a comunicação com o público através das redes sociais, site, comunicação das principais atividades da Instituição, organização de eventos, manutenção e envolvimento dos parceiros externos na angariação de bens de higiene e conforto para a Casa de Acolhimento. Foram atualizadas e consolidadas as identidades das unidades Centro de Medicina Física e Reabilitação, Residências Seniores, Academia Sénior de Gaia e a

Farmácia da Misericórdia de Gaia - esta última por força da ação de remodelação.

A consolidação da identidade e o novo site, iniciado no final do ano, são as bases para suporte à estratégia apresentada no novo projeto de comunicação com um plano de execução de 6 meses.

Arquivo e Centro de Documentação

Em 2016 continuaram os trabalhos para o desenvolvimento da Portaria de Gestão Documental, promovendo junto do Arquivo Distrital do Porto – DGLAB e a da Divisão de Normalização e Apoio à Administração uma melhor inclusão das Misericórdias, enquanto entidades privadas de utilidade pública, no projeto público de normalização.

Prosseguem os trabalhos de organização do arquivo histórico de acordo com a norma nacional “Orientação para a descrição Arquivística”.

Foram estudadas formas de desmaterialização de processos numa ótica de diminuição do papel consumido e no sentido de uma maior valorização da informação produzida para efeitos de gestão e melhoria contínua dos serviços.

Serviço de Qualidade

O ano 2016 foi o ano de avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade, com a realização de duas auditorias internas em junho e dezembro. Estas auditorias permitiram confirmar a efetiva implementação do conceito de Qualidade estabelecido pelo próprio referencial *EQUASS Assurance*.

A Qualidade ao nível dos serviços, traduzida na avaliação da Qualidade de Vida dos clientes, e evidenciada no cumprimento dos seus Direitos e na aplicação das Políticas de Ética, Prevenção da Negligência, Abuso e Maus Tratos, Confidencialidade da Informação e a da Participação das partes interessadas.

A Qualidade ao nível da gestão, traduzida na avaliação do desempenho dos objetivos nos vários domínios da gestão. De entre estes objetivos, os objetivos de avaliação da satisfação são os que permitem aferir a nossa capacidade de resposta às solicitações de todas as partes interessadas desde, clientes, trabalhadores, parceiros, entidades reguladoras e/ou financiadoras e a comunidade.

A comunicação dos resultados alcançados é efetuada no documentado “Relatório de Gestão da Qualidade - Ano 2016”. Este documento estará disponível para consulta no website da Instituição.

Empreendedorismo Social

Projetado	Objetivo	Candidatado
Primeiros Passos, infância saudável, vida feliz	“Combater à Pobreza na 1ª infância (bebés em situação de vulnerabilidade) e que se estruturou em torno de 1) Promover o acesso à saúde e alimentação; 2) Capacitar pais para a parentalidade positiva; 3) Envolver a comunidade na busca de soluções; 4) Avaliar e disseminar boas-práticas	Candidatura ao Programa BPI Solidário - não aprovado
O Projeto NOVOS NÓS, “promoção da inserção socio-comunitária das crianças e jovens de etnia cigana do Bairro de Cabo Mor”.	Visa intervir nos seguintes domínios inter-relacionados: 1) Promoção da interculturalidade, pela dinamização de atividades de educação pela arte; 2) Combate ao absentismo e ao abandono escolar precoce através de atividades de educação não formal; 3) Promoção da valorização da aprendizagem e da carreira profissional.	Candidatura ao Programa Escolhas - não aprovado



Eventos Culturais

8/03

Dia da Mulher

A Mesa Administrativa decidiu homenagear as Trabalhadoras da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, com um Vale de Oferta para tratamentos de estética.

Dia da Padroeira

O dia de N.^a Sr.^a da Misericórdia foi assinalado em todos os Equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, com a celebração de uma Eucaristia de Ação de Graças.

30/05

2 a 4/06

XII Congresso Nacional das Misericórdias

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia esteve representada ao seu mais alto nível no XII Congresso Nacional das Misericórdias, que decorreu na cidade do Fundão.

25/06

Peregrinação Nacional das Misericórdias ao Santuário de Fátima

A Misericórdia de Gaia fez-se representar nesta peregrinação pelos Corpos Sociais, Trabalhadores, Clientes ERPI e Voluntários.

87.º Aniversário da Misericórdia de Gaia

No ano de 2016 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia comemorou o 87.º aniversário da sua fundação, com uma Celebração Eucarística na Capela do Equipamento Social Salvador Brandão, seguida de uma Sessão Solene de entronização de novos Irmãos, a apresentação de novos Voluntários e a homenagem aos Trabalhadores com 25 anos de serviço. A cerimónia terminou com um almoço de confraternização.

26/06

1/07

27º Aniversário do Serviço de Voluntariado

2 a 4/09

Ano Jubilar da Misericórdia

Deslocação a Roma para a audiência mundial com o Papa Francisco, no dia do Jubileu dos Voluntários e Operadores da Misericórdia.

Concerto de Coros - Ano Jubilar da Misericórdia

A Misericórdia Gaia assinalou o Ano Jubilar da Misericórdia na comunidade gaiense através de um concerto de coros, realizado na Igreja Paroquial de Mafamude.

14/10

Área Operacional da Educação



O Projecto Educativo EDU(BRIN)CAR, baseia-se na importância que as brincadeiras assumem no processo global de desenvolvimento e aprendizagem da criança e teve o seu término em julho de 2016.

Em setembro de 2016 iniciamos um novo Projeto Educativo “Chiu... Chama o silêncio”.

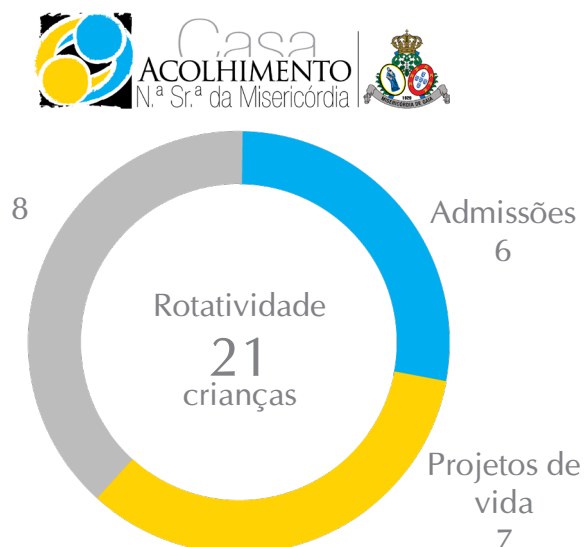
Este projeto surgiu da necessidade de conceber estratégias para a promoção de momentos de diminuição dos níveis de agitação, ansiedade, impulsividade, falta de concentração e atenção das crianças.

Nos dias de hoje as crianças herdaram uma agenda e um estilo de vida pouco equilibrados, perpetuando, assim, a atividade diária carregada e fiscalizada pelos adultos. E ainda, a omnipresença das tecnologias em contraposição aos momentos de sossego e apaziguamento.

Desempenho Económico

Creche			Pré-Escolar		
Total de Gastos Mensais por Criança	Total de Rendimentos Mensais por Criança	Resultado Mensal por Criança	Total de Gastos Mensais por Criança	Total de Rendimentos Mensais por Criança	Resultado Mensal por Criança
€ 367,43	€ 374,76	€ 7,33	€ 435,92	€ 374,92	- € 61,00

A diminuição acentuada do número de crianças a frequentar a resposta social de Pré-Escolar contribuiu para este resultado mensal negativo por utentes.



A idade limite de acolhimento nesta resposta social é até aos 6 anos, mas no final de 2016 estavam acolhidas quatro crianças com idades superiores a 6 anos.

A Mesa Administrativa continuou a insistir e a desenvolver contactos junto da Segurança Social para o alargamento do Protocolo de Cooperação de 15 para 19 crianças. Neste momento, encontra-se em fase de conclusão o processo de produção de legislação que visa fundir e tornar típicas as respostas de Casa de Acolhimento e Lar de Infância e Juventude.



A equipa técnica da CAT desenvolveu ao longo do ano diversas atividades com as crianças e foi particularmente importante para todos os envolvidos a socialização com a comunidade, muito atenta e colaborante com esta realidade, e a convivência intergeracional com clientes das respostas sociais da Santa Casa.

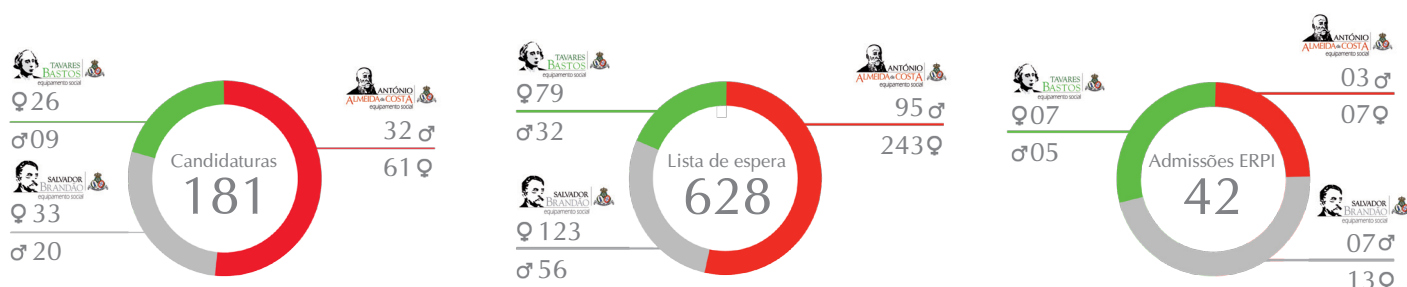
Desempenho Económico

Casa de Acolhimento

Total de Gastos Mensais por Criança	Total de Rendimentos Mensais por Criança	Resultado Mensal por Criança
€ 1.663,63	€ 952,72	- € 710,91

Área Operacional de Intervenção Social

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas



Em 2016 todos os candidatos tiveram conhecimento da necessidade de renovação anual da inscrição, reunindo as condições para o cumprimento integral do previsto no art.º 7.º do Regulamento Interno, “As inscrições são aceites em qualquer altura do ano e são válidas durante 12 meses, período após o qual o candidato deve proceder à renovação da referida inscrição na Misericórdia, com a necessária atualização

da sua situação, sob pena da mesma ser anulada”. A lista de espera de candidatos para integração em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas continua extensa verificando-se, como em anos anteriores, que o interesse em integração a curto/médio prazo é fundamentalmente de candidatos em situação de dependência leve a moderada, grande dependência e/ou com quadro de demência.

Desempenho Económico

ERPI

	Salvador Brandão	António Almeida e Costa	Tavares Bastos
Total Gastos	€1 325 444,42	€1 285 280,20	€800 421,95
Média Clientes	97,58	83,92	59,5
Gasto Mensal Clientes	€1 131,93	€1 276,30	€1 121,04
Total Rendimentos	€1 173 365,22	€1 049 048,95	€646 235,72
Média Clientes	97,58	83,92	59,5
Rendimento Mensal Clientes	€ 1 002,05	€ 1 041,72	€905,09
Resultado Mensal Por Clientes	- € 129,88	- € 234,58	- € 215,95

Desempenho Económico Centro de Dia



Total Gastos	€134 061,77	€156 202,08	€85 563,19
Média Clientes	20,92	22,67	18,33
Gasto Mensal Clientes	€534,03	€574,19	€388,99
Total Rendimentos	€68 737,26	€85 289,97	€70 746,49
Média Clientes	20,92	22,67	18,33
Rendimento Mensal Clientes	€ 273,81	€ 313,52	€321,63
Resultado Mensal Por Clientes	- € 260,22	- € 260,67	- € 67,36

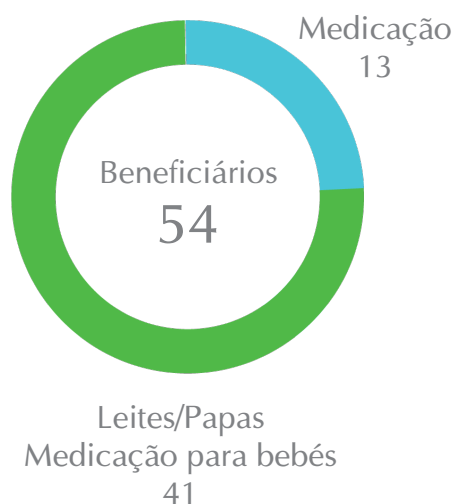
Desempenho Económico Apoio Domiciliário



Total Gastos	€147 297,70	€138 648,46	€93 736,57
Média Clientes	32,67	23,5	19,83
Gasto Mensal Clientes	€375,72	€491,66	€393,92
Total Rendimentos	€148 250,51	€103 044,36	€112 617,85
Média Clientes	32,67	23,5	19,83
Rendimento Mensal Clientes	€ 378,15	€ 365,41	€473,26
Resultado Mensal Por Clientes	€ 2,43	- € 126,26	€ 79,35

Serviço de Ação Social

No ano de 2016 o Serviço de Ação Social deu continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver ao nível do Atendimento e Apoio à Comunidade do Concelho através da concessão de apoio económico e reencaminhamento para outras instituições; e ao nível do Atendimento a Candidatos à Resposta Social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), tendo sempre presente o enquadramento no sistema de gestão da qualidade assente no referencial EQUASS.



Verbas para concessão de apoios 2016

Medicação	Leites/Papas Medição para bebés	Verba angariada "Primeiros Passos"
€ 2.315,00	€ 5.157,98	€ 740,39
Total € 8.213,37		

O Projeto *Primeiros Passos, Infância Saudável, Vida Feliz* surge com o objetivo de ajudar famílias cujos bebés estão em situação de grande vulnerabilidade, permitindo o acesso a medicação, alimentação, fraldas e artigos de higiene, equipamentos e brinquedos fundamentais ao seu desenvolvimento físico, mental, moral e social. Para além da verba conseguida através da mobilização de parceiros, o Projeto conta com um banco de géneros alimentares, saúde e higiene, resultante de ações de recolha de bens em superfícies comerciais.

No cumprimento do protocolo celebrado com o Rotary Club em 1998, a Misericórdia de Gaia gere os materiais que integram o Banco de Ajudas Técnicas. Estes materiais são disponibilizados a título de empréstimo à comunidade, priorizando-se, contudo, pessoas com poucos recursos económicos e clientes da resposta social do Serviço de Apoio Domiciliário.

O Rotary Club, em janeiro de 2016 ofereceu um donativo de € 800,00 para o Banco e, com essa verba, foi adquirida uma cama articulada manual e 4 colchões tri-partidos.

O material afeto ao Banco de Ajudas Técnicas a 31 de dezembro de 2016 era:

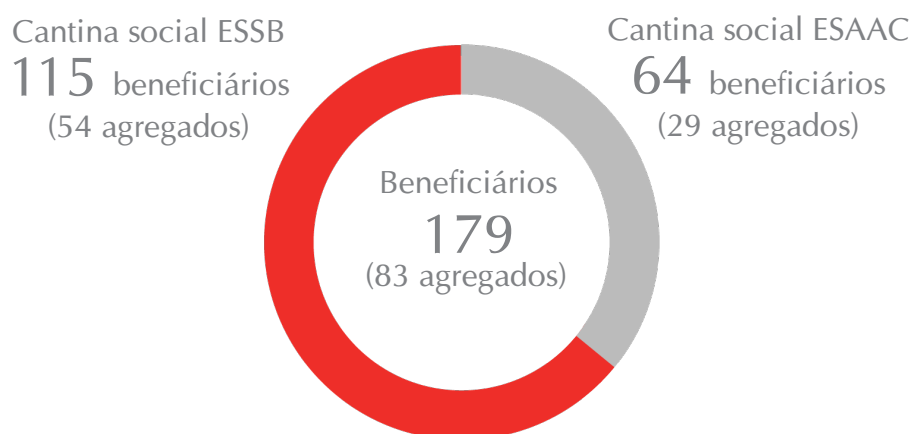
29 Camas articuladas manuais	02 Cadeiras de duche com rodízios
36 Cadeiras de rodas	01 Par de canadianas
03 Cadeiras sanita – com rodas	06 Andarilhos
03 Cadeiras sanita – sem rodas	

Programa de Emergência Alimentar - Rede Solidária de Cantinas Sociais

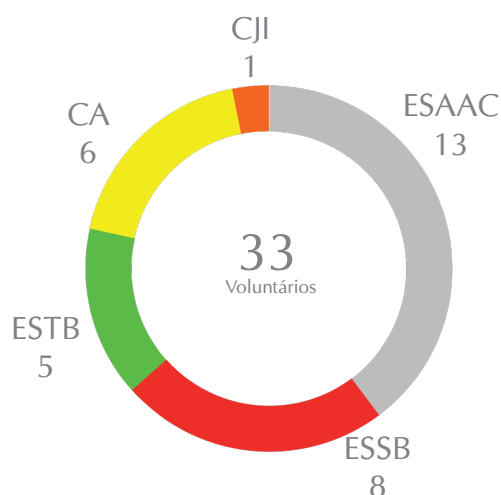
A Misericórdia de Gaia é responsável pela concessão de apoio e acompanhamento dos beneficiários do Programa de Emergência Alimentar (PEA), bem como pela monitorização do funcionamento desta medida, nas cantinas dos Equipamentos Sociais Almeida Costa e Salvador Brandão.

Em 2016 foi prestado apoio a residentes das Freguesias Avintes, Grijó, Gulpilhares, Madalena, Mafamude, Santa Marinha, Serzedo, Valadares, Vilar de Andorinho e Vilar do Paraíso.

Foram mantidas em 2016 as parcerias estabelecidas em 2013 pela Misericórdia de Gaia com a Junta de Freguesia de Grijó e com a Junta de Freguesia de Avintes / Fundação Joaquim Oliveira Lopes, no sentido de ser facultado o acesso a refeições gratuitas, através do Equipamento Social Salvador Brandão, a famílias caracterizadas por essas duas entidades.

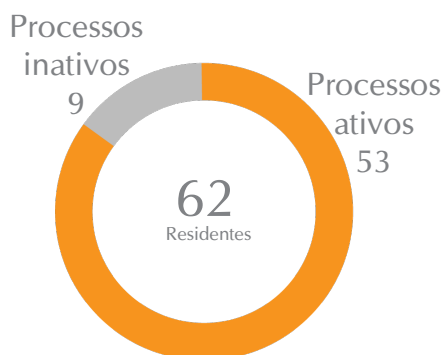


Serviço de Voluntariado



Em 2016 foram admitidos 2 Voluntários e foram registadas 15 desistências.

A Misericórdia de Gaia desenvolve ações de sensibilização e de informação aos seus Voluntários relativamente às especificidades dos grupos demográficos abrangidos pelas respostas sociais da Instituição.

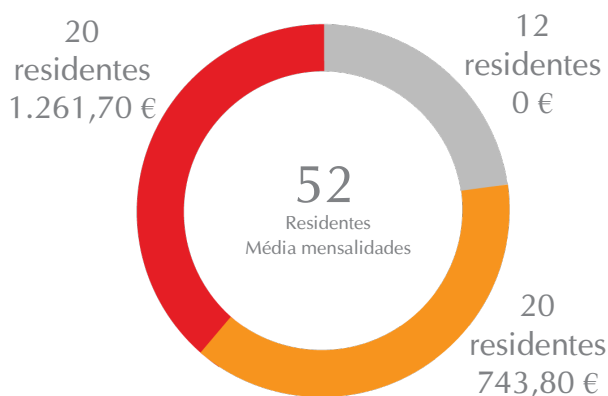


Em 2016 ficaram vagos 8 apartamentos, iniciando-se a remodelação de 6 e a posterior ocupação de 4.
No total foram admitidos 10 residentes, registo que não se verificava desde 2011.

Desempenho Económico

Residências Seniores

Total Gastos	€918 548,95
Média Clientes	52
Gasto Mensal Clientes	€1 472,03
Total Rendimentos	€516 454,24
Média Clientes	52
Rendimento Mensal Clientes	€ 827,65
Resultado Mensal Por Clientes	- € 644,38



24% dos residentes representam um resultado médio mensal positivo.

A Mesa Administrativa, no intuito de inverter esta tendência, procurou durante o exercício económico de 2016 promover as seguintes ações:

- Contratualizou com entidade externa condições para a divulgação e captação de novos clientes/residentes;
- Encetou diligências para estabelecer protocolos com algumas Ordens Profissionais, procurando definir condições mais atrativas para os membros dessas Ordens que venham a integrar as Residências Seniores;
- Consolidou o projeto de arquitetura que visa a requalificação das Residências Seniores Conde das Devezas, incluindo no projeto a construção da cozinha e lavandaria únicas no piso do rés-do-chão;
- Iniciou o processo de estudo para a colocação de publicidade exterior no edifício inserida no projeto de comunicação em curso para as Residências Seniores.

Área Operacional da Saúde



O ano de 2016 traduziu-se num exercício de contínua melhoria do resultado líquido de exploração porque, tendo em consideração os últimos cinco anos do exercício económico e considerando apenas os gastos e rendimentos diretos, o resultado líquido foi positivo contrariando os registos dos quatro exercícios económicos anteriores que foram sempre negativos.

A contínua preocupação com a contenção e controlo dos gastos e o aumento do volume de negócios contribuíram para o objetivo definido.

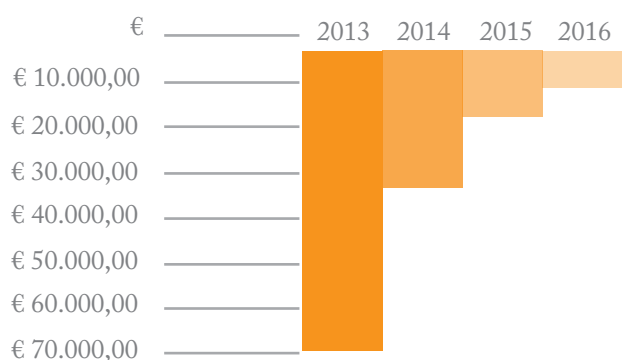
Desempenho Económico

Análise do volume de negócios sem imputação dos gastos e rendimentos dos Serviços Centrais

	total rendimentos 2016	total rendimentos 2015	orçamento 2016
Prestação de serviços	€ 556 699,97	€ 529 672,86	€ 536 870,09
Variação 2016 / 2015	5,10%		
Variação 2016 / orç.	3,69%		
R.L.E.	€ 6 445,58	- € 4 504,14	- € 24 065,20

	2016	2015	2014	2013
Prestação de serviços	€ 556 699,97	€ 529 672,86	€ 553 587,73	€ 529 196,17
Variação anual	5,10%	-4,32%	4,61%	-3,75%
R.L.E.	€ 6 445,58	- € 4 504,14	- € 10 131,68	- € 47 404,61

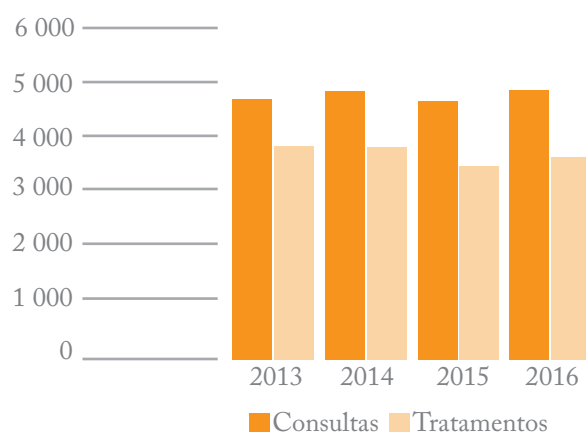
Análise do resultado líquido do exercício com imputação dos gastos e rendimentos dos Serviços Centrais, dos quatro últimos exercícios económicos.



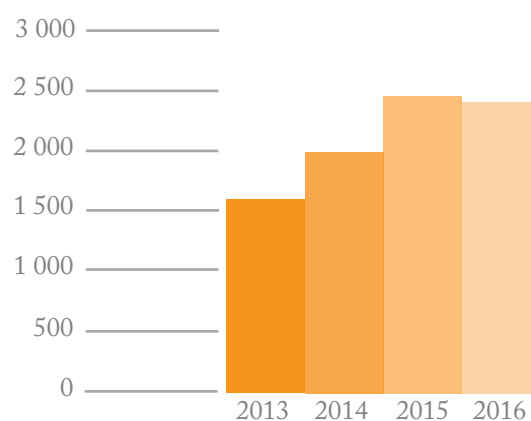
O aumento do volume de negócios e de consultas/tratamentos na valência da Fisioterapia foram os factos que contribuíram diretamente para a melhoria do resultado líquido do exercício.

O diminuição ligeira de consultas/tratamentos na valência da Terapia da Fala comparativamente ao ano anterior traduziu-se, apesar da diminuição, no aumento do volume de negócios nesta área em cerca de 1,4%.

Na valência da Fisioterapia, o aumento do volume de negócios ascendeu a cerca de 9% e na valência da Terapia da Fala o aumento do volume de negócios ascendeu a cerca de 4,60%.



Na valência de Terapia da Fala, o número de consultas/tratamentos diminuiu cerca de 1,41% comparativamente ao ano anterior, contrariando o ciclo de crescimento anual que se vem registando desde o início desta valência. O ano anterior tinha registado um aumento na ordem dos 22%.



Em dezembro de 2016, e após uma consulta ao mercado, foi adjudicada a direção clínica e técnica do Centro de Medicina Física e Reabilitação à empresa CMM, Lda. que, substituiu a anterior direção da empresa Anabela & Roque, Lda.

O novo contrato vigorará por um período de 37 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019.



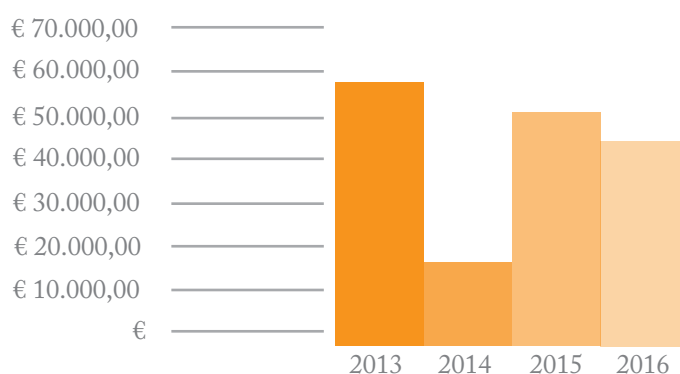
O exercício económico de 2016 na Farmácia da Misericórdia de Gaia permitiu inverter a tendência dos últimos exercícios económicos relativamente à continuidade do decréscimo do volume de negócios da Farmácia. No exercício económico de 2016, o volume de negócios da farmácia cresceu cerca de 1,46% face ao mesmo período do ano anterior.

Comparativamente ao exercício económico de 2015 conseguimos melhorar alguns indicadores que, seguramente, permitirão no curto prazo melhorar os resultados de exploração, nomeadamente:

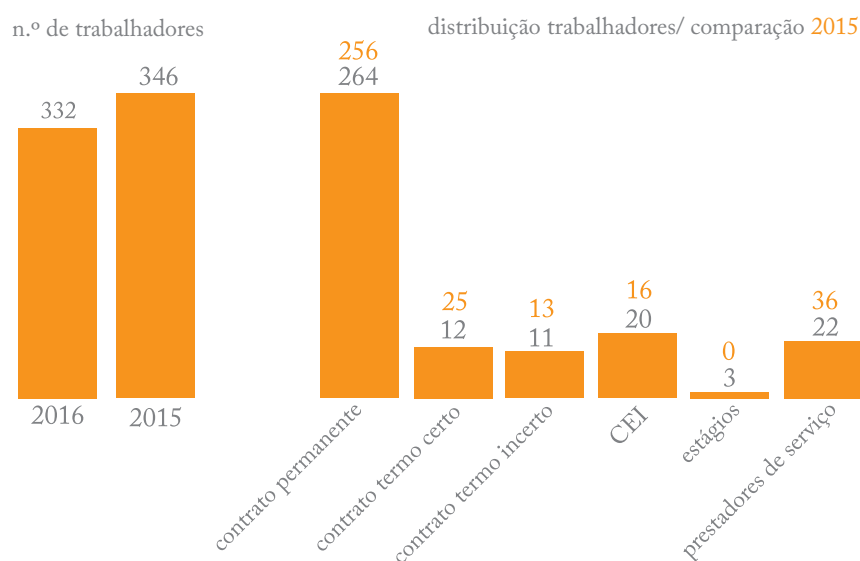
- Aumento do volume de negócios;
- Readequação da estrutura de recursos humanos face ao desequilíbrio entre o número de farmacêuticos e de ajudantes técnicos;
- Redução do nível de stock em valor, situando-se em 2016 no montante global de € 120.836,61.
- Valor do stock/média mensal de vendas 2016: 1,21 quando em 2015 foi de 1,67;
- Gastos com pessoal sobre volume de negócios: 16,22% quando em 2015 ascendeu a 17,97%. Este indicador tem apenas em consideração os gastos diretos de exploração da unidade sem a imputação dos gastos dos Serviços Centrais;
- E.B.I.T.D.A. de 2016 sem imputação de gastos e rendimentos dos Serviços Centrais: € 74.256,69 comparativamente ao ano de 2015 que ascendeu a € 74.874,84;
- R.L.E. de 2016 sem imputação de gastos e rendimentos dos Serviços Centrais.: € 67.010,55 comparativamente ao ano de 2015 que ascendeu a € 67.577,43.

O agravamento dos gastos com a rubrica fornecimentos e serviços externos resultante de alguns gastos não previstos contribuiu para um ligeiro decréscimo quer do E.B.I.T.D.A. quer do R.L.E.

No entanto, considerando a imputação dos gastos e rendimentos dos Serviços Centrais e de acordo com o gráfico, o nível dos resultados líquidos dos últimos quatro exercícios económicos é o seguinte:



No sentido de acompanhar e de dar resposta às necessidades de um público cada vez mais diversificado e exigente, teve início em 2016 o processo de remodelação do espaço físico, procurando criar um projeto atual que potencie a funcionalidade da farmácia e incremente o volume de negócios.



Os prestadores de serviços, na sua maioria, são professores e estão afetos à Academia Sénior de Gaia. A redução do número de Profissionais Liberais é uma medida que está associada à reestruturação do serviço de enfermagem da Santa Casa com a passagem dos profissionais para o quadro permanente da Instituição com contratos de trabalho sem termo a tempo parcial.

A média de idade dos trabalhadores da Misericórdia de Gaia é de 45,25 anos.

Saúde e Segurança no Trabalho

Saúde no Trabalho

Durante o ano de 2016, foram realizadas 400 consultas de saúde no trabalho, das quais resultaram 38 aptos condicionados mantendo-se ativos em 31 de dezembro, 28.

Segurança no Trabalho

No ano de 2016 deu-se continuidade à implementação das medidas de auto proteção em todos os equipamentos propriedade da SCMG, em cumprimento da legislação em vigor.

Desta forma, destacamos as seguintes ações:

- Foram realizadas ao longo do ano 12 auditorias de segurança que abrangeram a totalidade dos equipamentos da Instituição;
- Foram realizadas as avaliações de riscos profissionais em todos os equipamentos da Instituição;

Realizaram-se seis simulacros durante o ano de 2016, a saber: no Equipamento Social Salvador Brandão, Centro de Medicina Física e Reabilitação, Equipamento Social António Almeida da Costa, Equipamento Social José Tavares Bastos, Casa de Acolhimento e Residências Seniores Conde da Devezas.

Quanto às medidas de auto proteção concluímos no ano de 2016 a cobertura integral de todos os equipamentos com a entrega da última MAP – Medidas de Auto Proteção – do Centro de Medicina Física e Reabilitação que ainda se encontra em apreciação na ANPC.

No final do ano de 2016, o processo interno denominado de Legalização e Licenciamento dos Equipamentos da SCMG continuou a merecer da Mesa Administrativa especial atenção porque envolve a segurança de pessoas e bens como o cumprimento da legislação em vigor que regula o funcionamento das atividades que se desenvolvem nos Equipamentos.

Equipamentos área da Infância

	Creche	Creche e Jardim de Infância	Casa de Acolhimento
Licença funcionamento	Dispensado por haver acordo de cooperação em vigor	Dispensado por haver acordo de cooperação em vigor	Dispensado por haver acordo de cooperação em vigor
Licença utilização	Emitida. Alvará n.º 435/11	Emitida. Alvará n.º 01/07	Emitida. Alvará n.º 01/07
Plano de Segurança Interno	Elaborado e aprovado pela ANPC. Proc. n.º 039929	Elaborado e aprovado pela ANPC. Proc. n.º 039929	Elaborado e aprovado pela ANPC. Proc. n.º 039929
Certificado Higienosanitário	Aprovado e emitido. Registo n.º 261838/2013	Aprovado e emitido. Registo n.º 261838/2013	Aprovado e emitido. Registo n.º 261838/2013
Observação Final	Simulacro em 14-12-2016	Simulacro em 14-12-2016	Simulacro em 14-12-2016

Equipamentos área da Terceira Idade

	ES Almeida Costa	ES Salvador Brandão	ES Tavares Bastos
Licença funcionamento	Dispensado por haver acordo de cooperação em vigor	Dispensado por haver acordo de cooperação em vigor	Dispensado por haver acordo de cooperação em vigor
Licença utilização	Emitida em 12-06-2013 Alvará n.º 298/07	Emitida em 11-12-2015 Alvará n.º 430/15	Não tem
Plano de Segurança Interno	Aprovado pela ANPC. Proc. n.º 038429; cat. risco 2.ª	Encontra-se em aprovação na ANPC e MAP do equipamento	Aprovado pela ANPC. Proc. n.º 040451; cat. risco 3.ª
Certificado Higienosanitário	Aprovado e emitido. Registo n.º 316501/2013	Decreto-Lei 64/2007 14 de março, revoga obrigatoriedade de apresentação do Certificado de Vistoria Sanitária	Não tem
Observação Final	Simulacro em 21-06-2016	Simulacro em 16-12-2016	Simulacro em 29-11-2016
	Residências Seniores		
Licença funcionamento	Licença emitida em 2015. Licença n.º 02/2015		
Licença utilização	Emitida em 04-10-2007 Alvará n.º 527/07		
Plano de Segurança Interno	Aprovado pela ANPC. Proc. n.º 039929; cat. risco 3.ª		
Certificado Higienosanitário	Aprovado e emitido. Registo n.º 243048/2011		
Observação Final	Simulacro em 14-07-2016		

Nos equipamentos da Terceira Idade, o Equipamento Social José Tavares Bastos pela ausência de licença de utilização por um lado e, por outro, o não cumprimento da legislação em vigor - Portaria 67/2012 de 21 de Março, impulsionou a Mesa Administrativa a desenvolver um projeto de arquitetura que se encontra aprovado pelas entidades competentes para poder requalificar este Equipamento Social. Neste momento encontra-se em curso a elaboração dos projetos de especialidades para a concretização da empreitada.

Relativamente ao Equipamento Social António Almeida da Costa, mesmo estando licenciado para a utilização a que se destina, não reúne condições físicas para poder cumprir com o previsto na legislação em vigor - Portaria 67/2012 de 21 de março - o que levou a Mesa Administrativa a desenvolver um projeto de arquitetura que se encontra aprovado pelas entidades competentes para poder requalificar este Equipamento Social. Neste momento encontra-se em curso a elaboração dos projetos de especialidades para a concretização da empreitada.

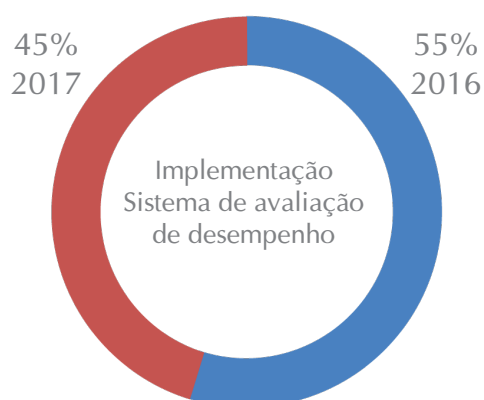
Acidentes de Trabalho

Ao longo dos últimos anos, a Misericórdia de Gaia tem feito um esforço para reduzir o número e a gravidade dos acidentes de trabalho que ocorrem na Instituição, quer pela via da formação, quer pela via de dotar os Equipamentos Sociais e as Unidades de Exploração de cada vez mais meios que protejam e facilitem o normal desenvolvimento das tarefas diárias dos Trabalhadores.

Em 2016 ocorreram 31 acidentes de trabalho, mais 3 em relação ao exercício económico de 2015. O maior número de acidentes devem-se a quedas e lesões causadas por fatores ergonómicos, maioritariamente em trabalhadores com idades acima dos 50 anos.

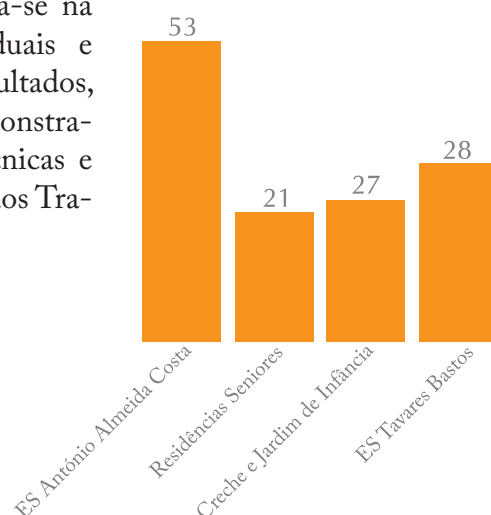
Sistema de Avaliação de Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho dos Trabalhadores da Misericórdia de Gaia foi concebido em maio de 2016 pela Direção Geral, em concretização da nova política de gestão de pessoas e de aproximação aos sindicatos, com a prévia consulta e participação ativa da Comissão Paritária, em exercício de funções desde o ano de 2013.



O Sistema de Avaliação de Desempenho dos Trabalhadores baseia-se na definição de objetivos individuais e correspondente medição de resultados, bem como na aferição da demonstração de competências éticas, técnicas e comportamentais por cada um dos Trabalhadores.

Reuniões avaliadores - avaliados

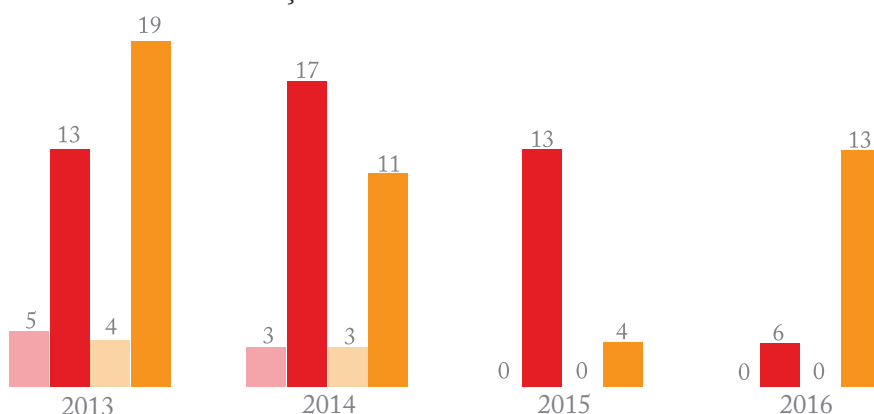


Para a sua aplicação, foram realizadas sessões de apresentação aos Trabalhadores em todos os Equipamentos Sociais, distribuídos panfletos de informação e realizadas reuniões individuais entre os avaliadores e os avaliados.

A avaliação de desempenho foi acolhida com agrado pelos Trabalhadores, por corresponder à concretização de um direito suportado nos contratos coletivos aplicáveis, permitindo a aplicação de planos de melhoria, quando necessário, e potenciando a implementação de uma justa política de reconhecimento do mérito.

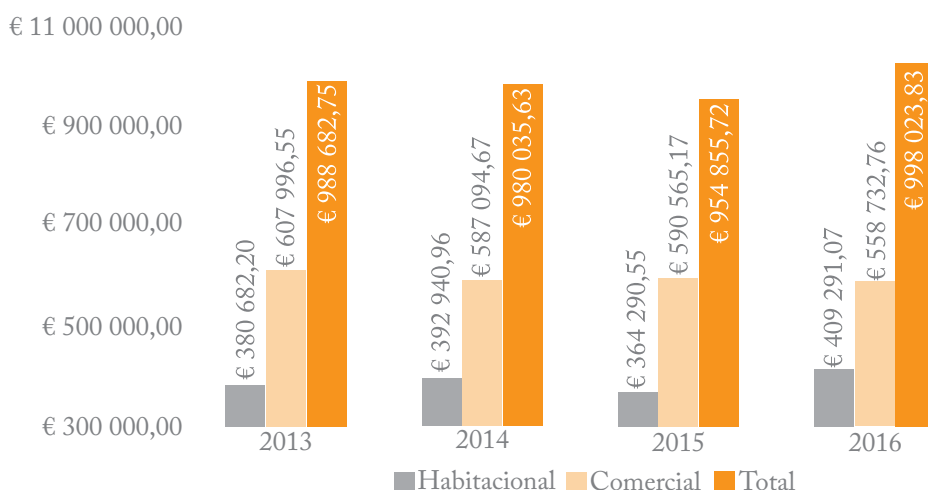
Património Imóvel

O património imobiliário é uma das principais fontes de rendimento da Misericórdia de Gaia contribuindo para a sustentabilidade da Instituição.



A média do número de denúncias de arrendamentos anual no período de 2013 a 2016 foi de 14 unidades. Em 2016 existiu uma redução de 58%. Estes dados revelam que existe uma maior estabilidade no mercado de arrendamento do património imóvel da Misericórdia de Gaia.

Os proveitos do património de rendimento sofreram um aumento superior a 4,5%, relativamente a igual período do ano de 2015. A razão do aumento do proveito anual do património de rendimento deve-se aos novos contratos de arrendamento com aplicação de valores de rendas atualizadas ao mercado imobiliário em imóveis que se encontravam devolutos.



Alienações

Designação/ Localização	Valores venda de imóveis
Tv do Prior, n.º 8 e 10 e R da Amoreira n.º 2 e R. Conselheiro Joaquim d' Aguiar n.º 244	€ 10 875,00
Tv. Da Aldeia - Canelas	€ 3 000,00
Parcela C, pertencente ao conjunto dos prédios sito nas Ruas do Balastro e Borneiros - Canelas	€ 24 000,00 € 5 935 em material
Parte da Quinta do Fatum (SCMG proprietária de 1/15 do imóvel)- expropriação amigável - Águas do Porto (1)	€ 3 573,27

(1) O imóvel da Quinta do Fatum tinha 12.282m² de terreno e foram expropriados 2.201m² de terreno rústico. A Misericórdia de Gaia é detentora de 1/15 da propriedade.

Cedências

Projeto Arco Maior

A Misericórdia de Gaia assinou em agosto de 2016 com o Município de Vila Nova de Gaia e a Universidade Católica um Acordo de Colaboração para a cedência de um edifício sito nas Ruas Antero de Quental, n.º 113 e 14 de Outubro, n.º 110, para instalação do Pólo 3 do Projeto ARCO MAIOR.

Quinta das Devezas

Em 26 de outubro de 2016 foi assinado o Segundo Aditamento ao Protocolo celebrado em 28 de outubro de 2008 com o Município de Vila Nova de Gaia e, deste documento destacamos:

1. Que a Misericórdia se compromete a ceder à Câmara Municipal parcelas de terreno com a área aproximada de 60.000 m² e que autoriza desde já a Câmara a tomar posse dessas parcelas, para equipamento de utilização coletiva e/ou espaço verde e futura infraestrutura viária e demais espaços de apoio, assumindo o Município o compromisso de não dar às ditas parcelas outro destino para além daqueles que estão acima previstos.
2. Que tendo em conta o manifesto interesse público municipal na realização do investimento objeto do protocolo, a Câmara Municipal compromete-se a diligenciar pela aprovação da dispensa total do pagamento das taxas administrativas que vierem a ser liquidadas no âmbito do licenciamento da alteração ao loteamento, em respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor.
3. A área construtiva afeta aos 6 lotes foi aumentada em 2562m², relativamente ao acordado no Alvará de Loteamento de 02/2009.

Procedimentos

No decorrer do ano de 2016 foram executados neste serviço nove procedimentos, através do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e tendo em conta as adaptações necessárias e específicas ao nosso tipo de gestão de Instituição Pública de Solidariedade Social, oito procedimentos de ajuste direto (AD) e um concurso público (CP), relativos a:

Empreitadas	Valores Base (s/IVA)	Valores Base (s/IVA)	Valores Base (s/IVA)
Muro de suporte do Complexo Almeida Costa (AD) (2 meses) (1)	€ 80 000,00	€ 59 549,38	em curso
Requalificação do prédio de S. Domingos de Benfica - Lisboa (AD) (6 meses)	€ 149 000,00	€ 147 957,51	em curso
Requalificação de 6 moradias - Av. António Coelho Moreira - Valadares (CP) (6 meses)	€ 180 000,00	€ 171 986,02	em curso
Requalificação da Farmácia da Misericórdia de Gaia - Conceção e Execução (AD) (1 mês) (2)	€ 149 999,99	€ 114 210,09	em curso
Prestação de serviços			
Projetos de especialidades			
Requalificação e ampliação do Complexo António Almeida e Costa (AD)	€ 75 000,00	€ 19 000,00	a iniciar em 2017
Requalificação e ampliação do Equipamento Social José Tavares Bastos (AD)	€ 75 000,00	€ 36 300,00	a iniciar em 2017
Fiscalização e Coordenação de Segurança e Saúde em Obras			
Muro de suporte do Complexo António Almeida Costa (AD) (2 meses)	€ 2 000,00	€ 1 780,00	em curso
Requalificação do prédio de S. Domingos de Benfica - Lisboa (AD) (6 meses)	€ 6 000,00	€ 5 760,00	em curso
Requalificação de 6 moradias - Av. António Coelho Moreira - Valadares (AD) (6 meses)	€ 6 000,00	€ 5 400,00	em curso

(1) Esta empreitada foi executada com um apoio monetário de € 80.000,00 por parte do Município de Vila nova de Gaia.

(2) Nesta empreitada foi executada com um donativo através da Lei do Mecenato de € 9.210,09 por parte da empresa a quem foram adjudicados os trabalhos.

Projetos

Uma das linhas estratégicas da Misericórdia de Gaia passa pela requalificação do seu património imóvel para o aumento do seu rendimento em prol da sustentabilidade desta Instituição.

Após avaliar o Livro Branco do património e análise dos imóveis in loco, definiu as prioridades das grandes intervenções e tem desenvolvido trabalho no âmbito de projetos de requalificação:

- Av. António Coelho Moreira, n.ºs 794, 796, 802, 804, 812, 814, Valadares – projeto concluído para requalificação de 6 moradias, sendo que 4 se encontram devolutas e em severo estado de degradação. Empreitada em curso;
- Rua Entreparedes, nº 6 – estudo para a transformação dos dois pisos afetos ao uso de serviços em apartamentos para habitação, com várias tipologias. Estudo prévio concluído com respetivo programa funcional. Projetos em curso;
- Bairro dos Contramestres (Rua Visconde das Devesas, n.ºs 227 a 253) – estudo para requalificação de 6 moradias, que se encontram em severo estado de degradação com o objetivo de realizar obras de conservação, promovendo o conforto térmico e eficiência energética, para colocar no mercado de arrendamento.
- Tv. das Parreiras, n.ºs 5, 7, 9 e 11 – projeto de arquitetura para a requalificação dos apartamentos devolutos. Projetos em curso.

Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2016, no valor de € 47.164,40 (Quarenta e sete mil cento e sessenta e quatro euros e quarenta cêntimos), seja feita através da Conta de Resultados Transitados.

Notas Finais

A Mesa Administrativa reitera os agradecimentos a todas as Entidades que colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia e, especialmente, a cada um dos seus Trabalhadores pelo esforço abnegado e de total comprometimento com a missão, decisivos para os resultados atingidos no ano agora findo.

Vila Nova de Gaia, 01 março 2017

A Mesa Administrativa



Artur de Almeida Leite, Provedor



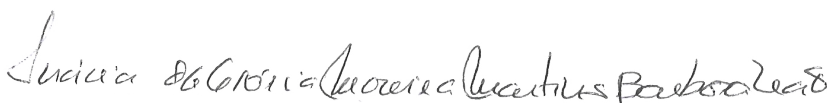
Dr. António Carlos Almeida Teixeira, Vice-Provedor



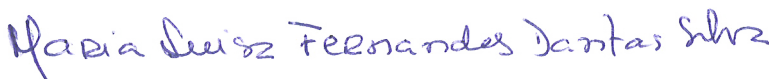
Dr. Joaquim Eduardo Sousa Gonçalves de Sá, Secretário



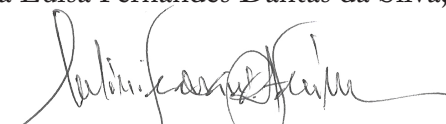
Dr. José Carlos Filipe Ramos, Tesoureiro



Dr.ª Inácia Glória Moreira Martins Barbosa Leão, Vogal



Dr.ª Maria Luísa Fernandes Dantas da Silva, Vogal



Eng.º António Fernando de Aguiar Ferreira, Vogal



Dr. Mário Rui do Carmo Matos, Vogal



Dr. Mário Rui Figueira de Campos Fontemanha, Vogal

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DE GAIA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Balanço.....	24
Demonstração dos Resultados por Valência	26
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	30
Demonstração dos Fluxos de Caixa	32
Anexo.....	33
1. Identificação da Entidade	33
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	33
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	34
3.1. Políticas Contabilísticas	34
3.2. Alterações nas políticas contabilísticas	42
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas	42
3.4. Correção de erros de períodos anteriores	42
4. Ativos Fixos Tangíveis	42
5. Ativos Intangíveis	44
6. Bens do património histórico, artístico e cultural	44
7. Locações	45
8. Custos de Empréstimos Obtidos	45
9. Inventários	46
10. Rédito	46
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	47
12. Subsídios, doações e legados à exploração	47
13. Benefícios dos empregados	47
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	48
15. Outras Informações	48
15.1. Investimentos Financeiros	48
15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	49
15.3. Créditos a Receber	49
15.4. Outros Ativos Correntes	50
15.5. Diferimentos	51
15.6. Caixa e Depósitos Bancários	51
15.7. Fundos Patrimoniais	51
15.8. Fornecedores	52
15.9. Estado e Outros Entes Públicos	52
	22



15.10. Outros Passivos Correntes	52
15.11. Fornecimentos e serviços externos	53
15.12. Outros rendimentos	53
15.13. Outros gastos	54
15.14. Resultados Financeiros	54
15.15. Acontecimentos após data de Balanço	54



Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2016	31-12-2015
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	11 217 953,46	11 155 605,64	
Bens do património histórico e cultural	6	52 097,19	52 097,19	
Ativos intangíveis	5	2 368,22	4 530,08	
Investimentos financeiros	15,1	16 120,84	15 903,79	
Fundadores/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-	
Subtotal		11 288 539,71	11 228 136,70	
Ativo corrente				
Inventários	9	190 607,78	218 135,90	
Créditos a receber	15,3	180 633,00	187 821,29	
Estado e outros Entes Públicos		-	-	
Fundadores/patrocionadores/doadores/associados/membros	15,2	17 205,04	18 485,01	
Outros ativos correntes	15,4	49 694,92	57 451,74	
Diferimentos	15,5	17 849,65	-	
Caixa e depósitos bancários	15,6	1 236 037,92	1 208 382,05	
Subtotal		1 692 028,31	1 690 275,99	
Total do Ativo		12 980 568,02	12 918 412,69	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	15,7	3 588 634,24	3 588 634,24	
Excedentes técnicos		-	-	
Reservas	15,7	3 835 274,03	3 835 274,03	
Resultados transitados	15,7	407 548,13	238 153,15	
Excedentes de revalorização		-	-	
Outras variações nos fundos patrimoniais	15,7	2 832 079,88	2 803 049,54	
Resultado Líquido do período		47 164,40	169 394,98	
Total dos fundo patrimoniais		10 710 700,68	10 634 505,94	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	11	96 500,00	96 500,00	
Provisões específicas		-	-	
Financiamentos obtidos	7/8	138 143,32	68 573,48	
Outras dívidas a pagar	15,10	-	7 842,79	
Subtotal		234 643,32	172 916,27	
Passivo corrente				
Fornecedores	15,8	478 719,84	520 428,34	
Estado e outros Entes Públicos	15,9	139 324,53	114 207,15	
Fundadores/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-	
Financiamentos obtidos	7/8	32 555,85	31 849,68	
Diferimentos	15,5	512 137,91	612 303,64	
Outros passivos correntes	15,10	872 485,89	832 201,67	
Outros passivos financeiros		-	-	
Subtotal		2 035 224,02	2 110 990,48	
Total do passivo		2 269 867,34	2 283 906,75	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		12 980 568,02	12 918 412,69	

Vila Nova de Gaia, 01 de março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	4 199 063,25	4 076 809,74
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2 348 810,56	2 266 490,67
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		22 561,58	57 591,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(972 541,32)	(908 356,28)
Fornecimentos e serviços externos	15,11	(2 580 432,45)	(2 328 341,18)
Gastos com o pessoal	13	(4 107 043,04)	(3 985 890,06)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.2/15.3	(39 757,97)	(69 803,30)
Provisões (aumentos/reduções)		-	(96 500,00)
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras Imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		(1 259,54)	(1 472,03)
Outros rendimentos	15,12	1 670 480,43	1 636 333,75
Outros gastos	15,13	(82 328,14)	(71 895,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		457 553,36	574 967,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(405 915,60)	(397 996,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		51 637,76	176 970,65
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	15,14	(4 473,36)	(7 575,67)
Resultados antes de impostos		47 164,40	169 394,98
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		47 164,40	169 394,98

Vila Nova de Gaia, 01 de março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos Resultados por Valência

EQUIPAMENTO SOCIAL SALVADOR BRANDÃO

	ERPI	Centro Dia	Apoio Domiciliário	TOTAL
Vendas e serviços prestados	620.207,97	47.635,47	49.323,60	717.167,04
Subsídios, doações e legados à exploração	554.398,02	21.025,48	98.068,77	673.492,27
ISS, IP - Centros Distritais	526.688,96	19.517,40	96.452,97	642.659,33
Subsídios, doações e legados à exploração	27.709,06	1.508,08	1.615,80	30.832,94
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(42.795,89)	(4.738,22)	(5.076,67)	(52.610,78)
Fornecimentos e serviços externos	(530.140,41)	(48.407,49)	(52.882,73)	(631.430,63)
Gastos com o pessoal	(621.434,00)	(69.686,38)	(74.663,97)	(765.784,35)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(12.487,78)	2.036,90	(460,14)	(10.911,02)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(194,20)	(21,78)	(23,33)	(239,31)
Outros rendimentos e ganhos	539.424,39	58.491,12	64.334,53	662.250,04
Rendas propriedades de investimento	452.478,02	50.739,99	54.364,27	557.582,28
Outros rendimentos e ganhos	86.946,37	7.751,13	9.970,26	104.667,76
Outros gastos	(8.068,91)	(875,51)	(938,04)	(9.882,46)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	498.909,19	5.459,59	77.682,02	582.050,80
Gastos/reversões de depreciação e de a	(109.639,80)	(12.294,79)	(13.172,99)	(135.107,58)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	389.269,39	(6.835,20)	64.509,03	446.943,22
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(683,43)	(74,50)	(79,83)	(837,76)
Resultado antes de impostos	388.585,96	(6.909,70)	64.429,20	446.105,46
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	388.585,96	(6.909,70)	64.429,20	446.105,46

EQUIPAMENTO SOCIAL ANTÔNIO ALMEIDA COSTA

	ERPI	Centro Dia	Apoio Domiciliário	TOTAL
Vendas e serviços prestados	570.638,63	54.676,04	32.093,82	657.408,49
Subsídios, doações e legados à exploração	478.824,34	30.297,15	69.841,82	578.963,31
ISS, IP - Centros Distritais	450.834,82	28.950,09	68.598,28	548.383,19
Subsídios, doações e legados à exploração	27.989,52	1.347,06	1.243,54	30.580,12
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(43.647,59)	(5.501,93)	(4.976,99)	(54.126,51)
Fornecimentos e serviços externos	(526.762,76)	(61.306,06)	(51.169,33)	(639.238,15)
Gastos com o pessoal	(633.313,98)	(79.866,62)	(73.729,09)	(786.909,69)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(8.325,08)	(558,11)	(789,40)	(9.672,59)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(182,46)	(23,01)	(21,24)	(226,71)
Outros rendimentos e ganhos	252.785,49	28.117,31	27.622,04	308.524,84
Rendas propriedades de investimento	204.430,54	25.782,43	23.801,12	254.014,09
Outros rendimentos e ganhos	48.354,95	2.334,88	3.820,92	54.510,75
Outros gastos	(19.096,51)	(2.142,03)	(1.680,99)	(22.919,53)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	70.920,08	(36.307,26)	(2.809,36)	31.803,46
Gastos/reversões de depreciação e de a	(53.611,47)	(6.761,39)	(6.241,79)	(66.614,65)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	17.308,61	(43.068,65)	(9.051,15)	(34.811,19)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(340,38)	(42,93)	(39,63)	(422,94)
Resultado antes de impostos	16.968,23	(43.111,58)	(9.090,78)	(35.234,13)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	16.968,23	(43.111,58)	(9.090,78)	(35.234,13)

**EQUIPAMENTO SOCIAL JOSÉ TAVARES BASTOS**

	ERPI	Centro Dia	Apoio Domiciliário	TOTAL
Vendas e serviços prestados	350.809,31	46.339,30	37.664,15	434.812,76
Subsídios, doações e legados à exploração	296.520,84	23.879,52	74.892,65	395.293,01
ISS, IP - Centros Distritais	276.037,39	23.172,42	74.110,68	373.320,49
Subsídios, doações e legados à exploração	20.483,45	707,10	781,97	21.972,52
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(27.730,23)	(2.840,95)	(3.141,76)	(33.712,94)
Fornecimentos e serviços externos	(295.287,60)	(33.087,48)	(35.076,05)	(363.451,13)
Gastos com o pessoal	(431.126,26)	(44.635,48)	(49.361,59)	(525.123,33)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(6.520,00)	(885,73)	(1.608,06)	(9.013,79)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(134,43)	(13,92)	(15,39)	(163,74)
Outros rendimentos e ganhos	140.910,66	13.598,28	16.703,58	171.212,52
Rendas propriedades de investimento	125.826,99	13.027,15	14.406,50	153.260,64
Outros rendimentos e ganhos	15.083,67	571,13	2.297,08	17.951,88
Outros gastos	(10.504,85)	(1.084,92)	(1.199,80)	(12.789,57)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	16.937,44	1.268,62	38.857,73	57.063,79
Gastos/reversões de depreciação e de a	(28.867,80)	(2.988,75)	(3.305,21)	(35.161,76)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(11.930,36)	(1.720,13)	35.552,52	21.902,03
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(250,78)	(25,96)	(28,71)	(305,45)
Resultado antes de impostos	(12.181,14)	(1.746,09)	35.523,81	21.596,58
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(12.181,14)	(1.746,09)	35.523,81	21.596,58

CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA D. EMÍLIA JESUS COSTA

	Creche	Pré-escolar		TOTAL
Vendas e serviços prestados	105.190,13	126.646,59	-	231.836,72
Subsídios, doações e legados à exploração	218.067,00	264.541,31	-	482.608,31
ISS, IP - Centros Distritais	209.253,71	251.858,77	-	461.112,48
Subsídios, doações e legados à exploração	8.813,29	12.682,54	-	21.495,83
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(6.355,29)	(9.145,41)	-	(15.500,70)
Fornecimentos e serviços externos	(66.730,49)	(96.503,80)	-	(163.234,29)
Gastos com o pessoal	(217.088,17)	(311.893,52)	-	(528.981,69)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(826,43)	(1.189,27)	-	(2.015,70)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(61,97)	(89,18)	-	(151,15)
Outros rendimentos e ganhos	22.013,54	31.678,02	-	53.691,56
Rendas propriedades de investimento	13.749,77	19.786,25	-	33.536,02
Outros rendimentos e ganhos	8.263,77	11.891,77	-	20.155,54
Outros gastos	(1.185,65)	(1.706,19)	-	(2.891,84)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	53.022,67	2.338,55	-	55.361,22
Gastos/reversões de depreciação e de a	(23.900,07)	(34.392,78)	-	(58.292,85)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	29.122,60	(32.054,23)	-	(2.931,63)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(124,03)	(178,48)	-	(302,51)
Resultado antes de impostos	28.998,57	(32.232,71)	-	(3.234,14)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	28.998,57	(32.232,71)	-	(3.234,14)

**CASA DE ACOLHIMENTO N.º SR.ª DA MISERICÓRDIA**

	CA		TOTAL
Vendas e serviços prestados	11.638,07		11.638,07
Subsídios, doações e legados à exploraç	154.959,64		154.959,64
ISS, IP - Centros Distritais	142.140,60		142.140,60
Subsídios, doações e legados à exploração	12.819,04		12.819,04
Variação nos inventários da produção	-		-
Trabalhos para a própria entidade	-		-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(5.343,21)		(5.343,21)
Fornecimentos e serviços externos	(82.019,40)		(82.019,40)
Gastos com o pessoal	(192.257,88)		(192.257,88)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(581,41)		(581,41)
Provisões (aumentos/reduções)	-		-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-		-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-		-
Aumentos/reduções de justo valor	(50,38)		(50,38)
Outros rendimentos	16.563,98		16.563,98
Rendas propriedades de investimento	11.178,67		11.178,67
Outros rendimentos	5.385,31		5.385,31
Outros gastos	(1.135,61)		(1.135,61)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(98.226,20)		(98.226,20)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(9.586,50)		(9.586,50)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(107.812,70)		(107.812,70)
Juros e rendimentos similares obtidos	-		-
Juros e gastos similares suportados	(93,99)		(93,99)
Resultado antes de impostos	(107.906,69)		(107.906,69)
Imposto sobre o rendimento do período	-		-
Resultado Líquido do Período	(107.906,69)		(107.906,69)

SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL - SAS

	SAS		TOTAL
Vendas e serviços prestados	319,43		319,43
Subsídios, doações e legados à exploraç	29.641,49		29.641,49
ISS, IP - Centros Distritais	28.746,24		28.746,24
Subsídios, doações e legados à exploração	895,25		895,25
Variação nos inventários da produção	-		-
Trabalhos para a própria entidade	-		-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(656,70)		(656,70)
Fornecimentos e serviços externos	(5.074,66)		(5.074,66)
Gastos com o pessoal	(52.103,26)		(52.103,26)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(218,03)		(218,03)
Provisões (aumentos/reduções)	-		-
Provisões específicas (aumentos/reduç	-		-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-		-
Aumentos/reduções de justo valor	(18,89)		(18,89)
Outros rendimentos	7.880,89		7.880,89
Rendas propriedades de investimento	4.192,00		4.192,00
Outros rendimentos	3.688,89		3.688,89
Outros gastos	(9.000,77)		(9.000,77)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(29.230,50)		(29.230,50)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(2.338,00)		(2.338,00)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(31.568,50)		(31.568,50)
Juros e rendimentos similares obtidos	-		-
Juros e gastos similares suportados	(35,24)		(35,24)
Resultado antes de impostos	(31.603,74)		(31.603,74)
Imposto sobre o rendimento do período	-		-
Resultado Líquido do Período	(31.603,74)		(31.603,74)



OUTRAS ATIVIDADES					
	Residências Seniores	Farmácia da Misericórdia	Centro de Medicina Física e Reabilitação	Serviço de Gestão do Património	Academia Sénior Gaia
Vendas e serviços prestados	497.130,89	1.000.112,39	557.764,73	4.377,73	86.495,00
Subsídios, doações e legados à exploração	19.167,01	5.786,21	2.984,18	5.915,13	-
ISS, IP - Centros Distritais	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados à exploração	19.167,02	5.786,21	2.984,18	5.915,13	-
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	22.561,58	-
Custo das mercadorias vendidas e das mat	(31.736,28)	(753.549,01)	(21.678,63)	(3.626,56)	-
Fornecimentos e serviços externos	(283.348,37)	(49.712,48)	(248.908,20)	(37.059,12)	(76.956,02)
Gastos com o pessoal	(529.699,29)	(187.486,48)	(298.604,89)	(240.092,18)	-
Ajustamentos de inventários (perdas/revi	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/	(2.440,87)	(2.724,27)	(726,76)	(1.453,53)	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduçõe	-	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(138,55)	(81,87)	(62,98)	(125,96)	-
Outros rendimentos	112.028,70	51.498,77	17.557,50	269.271,63	-
Rendas propriedades de investimento	42.857,01	18.165,34	13.973,34	27.946,68	-
Outros rendimentos	69.171,69	33.333,43	3.584,16	241.324,95	-
Outros gastos	(8.283,24)	(5.269,19)	(2.416,28)	(7.225,36)	(514,29)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(227.320,00)	58.574,07	5.908,67	12.543,36	9.024,69
Gastos/reversões de depreciação e de am	(62.643,85)	(10.912,39)	(12.949,63)	(12.308,39)	-
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(289.963,85)	47.661,68	(7.040,96)	234,97	9.024,69
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(258,46)	(330,56)	(1.651,48)	(234,97)	-
Resultado antes de impostos	(290.222,31)	47.331,12	(8.692,44)	0,00	9.024,69
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(290.222,31)	47.331,12	(8.692,44)	0,00	9.024,69



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	3 588 634,24	-	3 835 274,03	163 036,31	-	2 655 208,09	75 116,84	10 317 269,51	-	10 317 269,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-		-
Alterações de políticas contabilísticas									-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-		-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-		-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-		-
Ajustamentos por impostos diferidos									-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-			-	(46 408,55)		(46 408,55)	-	(46 408,55)
	2	-	-	-	-	-	(46 408,55)	-	(46 408,55)	-	(46 408,55)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							169 394,98	169 394,98	-	169 394,98
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							169 394,98	122 986,43	-	122 986,43
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									-		-
Fundos									-		-
Subsídios, doações e legados									-		-
Outras operações					75 116,84		194 250,00	(75 116,84)	194 250,00		194 250,00
	5	-	-	-	75 116,84	-	194 250,00	(75 116,84)	194 250,00	-	194 250,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6=1+2+3+4	3 588 634,24	-	3 835 274,03	238 153,15	-	2 803 049,54	169 394,98	10 634 505,94	-	10 634 505,94



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	3 588 634,24	-	3 835 274,03	238 153,15	-	2 803 049,54	169 394,98	10 634 505,94	-	10 634 505,94
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contábilístico									-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas									-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(51 752,04)		(51 752,04)		(51 752,04)
	7	-	-	-	-	-	(51 752,04)	-	(51 752,04)	-	(51 752,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							47 164,40	47 164,40	-	47 164,40
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							47 164,40	(4 587,64)	-	(4 587,64)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos									-		-
Subsídios, doações e legados									-		-
Outras operações					169 394,98		80 782,38	(169 394,98)	80 782,38		80 782,38
	10	-	-	-	169 394,98	-	80 782,38	(169 394,98)	80 782,38	-	80 782,38
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6+7+8+10	3 588 634,24	-	3 835 274,03	407 548,13	-	2 832 079,88	47 164,40	10 710 700,68	-	10 710 700,68



Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	PERÍODOS
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		6 138 568,76	5 297 942,52
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(3 308 355,03)	(3 091 080,85)
Pagamentos ao pessoal		(3 874 241,14)	(3 772 031,54)
Caixa gerada pelas operações		(1 044 027,41)	(1 565 169,87)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1 170 236,24	1 724 487,41
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		126 208,83	159 317,54
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(305 334,54)	(375 697,04)
Ativos intangíveis		(2 043,32)	(315,99)
Investimentos financeiros		(1 552,27)	(1 702,35)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		43 253,16	150 000,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		116,90	868,51
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		80 782,38	5 000,00
Juros e rendimentos similares		10 853,77	23 560,80
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(173 923,92)	(198 286,07)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		110 000,00	
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(31 979,71)	(37 864,16)
Juros e gastos similares		(2 649,33)	(4 709,09)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		75 370,96	(42 573,25)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		27 655,87	(81 541,78)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 208 382,05	1 289 923,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 236 037,92	1 208 382,05

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” em 26 de junho de 1929, com registo definitivo publicado em Diário da República n.º 47, Série III; de 25 de fevereiro de 2003, e tem a sua sede social na Rua Teixeira Lopes n.º 33 em Vila Nova de Gaia.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 01 de março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, e alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de julho. No referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e

Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente

identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos clientes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.1.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, à estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração

dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edificações ligeiras	10
Edificações afetas à indústria agropecuária	25
Outros edifícios e construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento e utensílios	4
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5
Taras e vasilhame	8
Animais produtivos, de trabalho e de reprodução	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.1.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.1.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Não tendo sido possível proceder à avaliação e decomposição dos valores dos imóveis que compõe o património afeto ao arrendamento da Misericórdia de Gaia, mantiveram-

se os mesmos, pelo valor pelo qual constavam da contabilidade, tendo sido este o custo considerado.

Conforme o parágrafo 7.5 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, as propriedades de investimento são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

3.1.2.4. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do

investidor nos resultados da investida após a data de aquisição. Os resultados da entidade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição (Goodwill) é mantido no valor do investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo é reconhecido como um rendimento do exercício.

3.1.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.1.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros não são reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao valor nominal.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao valor nominal.

3.1.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente

resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *“Fornecimentos e Serviços Externos”*.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício de 2016 não foram alteradas as políticas contabilísticas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício de 2016 os pressupostos referentes às estimativas mantêm-se.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

No ano de 2016 não foram efetuadas correções materialmente relevantes.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Relatório de Atividades e Contas

2016

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2015
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	782,598.53	47,312.50	-	-	-	829,911.03
Edifícios e outras construções	14,312,215.87	141,937.50	(3,500.00)	156,345.48	-	14,606,998.85
Equipamento básico	1,682,663.85	26,475.46	(18,269.03)	-	-	1,690,870.28
Equipamento de transporte	430,802.92	49,184.01	(117,676.30)	-	-	362,310.63
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	447,344.03	38,096.77	(4,804.04)	-	-	480,636.76
Investimentos em curso	771,294.49	529,129.37	-	(156,345.48)	-	1,144,078.38
Outros Ativos fixos tangíveis	33,553.91	-	(300.00)	-	-	33,253.91
Total	18,460,473.60	832,135.61	(144,549.37)	-	-	19,148,059.84
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(5,432,954.32)	(285,438.51)	3,220.00	-	-	(5,715,172.83)
Equipamento básico	(1,469,666.25)	(69,336.58)	17,529.03	-	-	(1,521,473.80)
Equipamento de transporte	(411,431.29)	(11,799.68)	117,676.30	-	-	(305,554.67)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(402,440.73)	(28,581.39)	3,661.23	-	-	(427,360.89)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(23,629.10)	(772.91)	1,510.00	-	-	(22,892.01)
Total	(7,740,121.69)	(395,929.07)	143,596.56	-	-	(7,992,454.20)
TOTAL LIQUIDO 2015						11,155,605.64

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2016
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	829 911,03	-	(4,92)	-	-	829 906,11
Edifícios e outras construções	14 606 998,85	15 161,06	-	476 296,52	-	15 098 456,43
Equipamento básico	1 690 870,28	37 470,30	-	-	-	1 728 340,58
Equipamento de transporte	362 310,63	-	(18 811,42)	-	-	343 499,21
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	480 636,76	11 546,67	(241,08)	-	-	491 942,35
Investimentos em curso	1 144 078,38	400 639,86	-	(476 296,52)	-	1 068 421,72
Outros Ativos fixos tangíveis	33 253,91	496,48	-	-	-	33 750,39
Total	19 148 059,84	465 314,37	(19 057,42)	-	-	19 594 316,79
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(5 715 172,83)	(298 312,23)	-	-	-	(6 013 485,06)
Equipamento básico	(1 521 473,80)	(63 701,62)	-	-	-	(1 585 175,42)
Equipamento de transporte	(305 554,67)	(18 228,46)	18 811,42	-	-	(304 971,71)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(427 360,89)	(21 591,58)	-	-	-	(448 952,47)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(22 892,01)	(886,66)	-	-	-	(23 778,67)
Total	(7 992 454,20)	(402 720,55)	18 811,42	-	-	(8 376 363,33)
TOTAL LIQUIDO 2016						11 217 953,46

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Programas de Computador	11 413,37	1 033,20	-	-	-	12 446,57
Total	11 413,37	1 033,20	-	-	-	12 446,57
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	(6 883,29)	(3 195,06)	-	-	-	(10 078,35)
Total	(6 883,29)	(3 195,06)	-	-	-	(10 078,35)
TOTAL LIQUIDO	4 530,08					2 368,22

6. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2015 e 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Bens móveis	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
Total	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Bens móveis	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
Total	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Locações						
Descrição	2016			2015		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	41 198,85	(21 449,17)	19 749,68	41 198,85	(14 299,44)	26 899,41
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	41 198,85	(21 449,17)	19 749,68	41 198,85	(14 299,44)	26 899,41

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2016			2015		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	12 603,40	334,36	12 937,76	12 603,40	317,29	12 920,69
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	12 603,40	334,36	12 937,76	12 603,40	317,29	12 920,69

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Amortização de Capital e Juros suportados:

Empréstimos Bancários - Amortização Capital / Juros Suportados						
Descrição	2016			2015		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	27 120,59	2 605,00	29 725,59	24 346,91	3 672,19	28 019,10
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	27 120,59	2 605,00	29 725,59	24 346,91	3 672,19	28 019,10

O valor dos financiamentos obtidos no final de 2015 e 2016 é o seguinte:

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	32 555,85	138 143,32	170 699,17	21 327,76	66 492,00	87 819,76
Locações Financeiras	-	-	-	10 521,92	2 081,48	12 603,40
Total	32 555,85	138 143,32	170 699,17	31 849,68	68 573,48	100 423,16

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-Dez-2015
Mercadorias	132 885,16	739 477,03		(734 734,70)	137 627,49
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	77 841,33	176 288,66	-	(173 621,58)	80 508,41
Total	210 726,49	915 765,69	-	(908 356,28)	218 135,90
Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	137 627,49	732 517,79	-	(749 308,67)	120 836,61
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	80 508,41	212 495,41	-	(223 232,65)	69 771,17
Total	218 135,90	945 013,20	-	(972 541,32)	190 607,78

10. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	998 526,00	984 118,94
Prestação de Serviços	3 200 537,25	3 092 690,80
Quotas dos utilizadores	2 577 472,25	2 489 839,99
Quotas e Jóias	21 295,29	24 090,10
Invalidez e Rabilitação	599 319,31	576 088,94
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outros Serviços	2 450,40	2 671,77
SubTotal	4 199 063,25	4 076 809,74
Juros	5 708,65	18 283,49
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	4 204 771,90	4 095 093,23

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2015 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2015	Aumentos	Diminuições	2016
Processos judiciais em curso	96 500,00	-	-	96 500,00
Total	96 500,00	-	-	96 500,00

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2015 e 2016, a Entidade reconheceu os seguintes valores em “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo	2 291 854,21	2 228 757,33
Centro Regional Segurança Social	2 196 362,33	2 173 275,71
Instituto Emprego e Formação Profissional	93 811,88	55 481,62
POPH - Formação	-	-
Programa PIEF	-	-
Câmara Municipal vila Nova Gaia	1 680,00	-
Apoios do Governo	-	-
Sub-Total	2 291 854,21	2 228 757,33
Descrição	2016	2015
Subsídios de outras entidades	7 631,49	4 534,31
Doações	49 324,86	33 199,03
Heranças	-	-
Legados	-	-
Sub-Total	56 956,35	37 733,34
TOTAL	2 348 810,56	2 266 490,67

13. Benefícios dos empregados

O número de membros da Mesa Administrativa, nos períodos de 2015 e 2016, foi de 9. Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 310 e em 31/12/2016 foi de 310.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	3 347 555,59	3 239 897,74
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	700 656,91	671 062,97
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	41 512,32	45 422,18
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	17 318,22	29 507,17
Total	4 107 043,04	3 985 890,06

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210 da Lei 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram de 9.225,00€.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “*Investimentos Financeiros*”:

Descrição	2016	2015
Investimentos noutras empresas	9 816,61	11 076,15
Outros Investimentos Financeiros	3 019,88	3 019,88
Fundo Compensação Segurança Social	3 284,35	1 807,76
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	16 120,84	15 903,79

15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	76 098,22	63 292,93
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Perdas por imparidade	(58 893,18)	(44 807,92)
Total	17 205,04	18 485,01
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

15.3. Créditos a Receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c	180 633,00	187 821,29
Clientes	114 863,39	131 791,47
Inquilinos	19 494,67	17 206,34
Utentes	46 274,94	38 823,48
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	277 968,00	252 295,29
Clientes	7 952,47	5 722,99
Inquilinos	139 301,81	128 891,54
Utentes	130 713,72	117 680,76
Perdas por Imparidade acumuladas	(277 968,00)	(252 295,29)
Clientes	(7 952,47)	(5 722,99)
Inquilinos	(139 301,81)	(128 891,54)
Utentes	(130 713,72)	(117 680,76)
Total	180 633,00	187 821,29

Decomposição das Imparidades

Perdas por Imparidade do período		
Descrição	2016	2015
Clientes	(2 229,48)	-
Inquilinos	(17 816,37)	(7 861,51)
Utentes	(20 179,59)	(17 730,13)
Perdas por imparidade - irmãos	(14 085,26)	(44 807,92)
Total	(54 310,70)	(70 399,56)
Reversão de Imparidades		
Descrição	2016	2015
Clientes	-	-
Inquilinos	7 406,10	-
Utentes	7 146,63	596,26
Perdas por imparidade - irmãos	-	-
Total	14 552,73	596,26
Imparidades do Período - Saldo		
Descrição	2016	2015
Clientes	(2 229,48)	-
Inquilinos	(10 410,27)	(7 861,51)
Utentes	(13 032,96)	(17 133,87)
Perdas por imparidade - irmãos	(14 085,26)	(44 807,92)
Total	(39 757,97)	(69 803,30)

15.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	3 209,16	3 311,16
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	288,11	5 433,34
Entidades do Sector Publico Administrativo	-	-
Outros Devedores	45 594,95	48 104,54
- AT - Restituição IVA da Alimentação	31 914,84	39 501,01
- Outros devedores	13 680,11	8 603,53
Adiantamentos a Fornecedores	602,70	602,70
Perdas por Imparidade	-	-
Total	49 694,92	57 451,74

15.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	17 849,65	-
Total	17 849,65	-
Rendimentos a reconhecer		
Contratos Vitalícios	362 891,47	457 822,94
Mensalidades a reconhecer em 2017	25 466,68	31 299,96
Fundos Utentes	75 600,00	81 000,00
Rendas a reconhecer em 2017	48 179,76	42 180,74
Total	512 137,91	612 303,64

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	2 195,92	2 634,49
Depósitos à ordem	333 842,00	305 747,56
Depósitos a prazo	900 000,00	900 000,00
Outros	-	-
Total	1 236 037,92	1 208 382,05

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	3 588 634,24	-	-	3 588 634,24
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	3 835 274,03	-	-	3 835 274,03
Resultados transitados	238 153,15	169 394,98	-	407 548,13
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 209 030,45	80 782,38	(51 752,04)	1 238 060,79
Doações	1 594 019,09	-	-	1 594 019,09
Resultado líquido exercício	169 394,98	47 164,40	(169 394,98)	47 164,40
Total	10 634 505,94	297 341,76	(221 147,02)	10 710 700,68

15.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	478 719,84	520 428,34
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	478 719,84	520 428,34

15.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	38 593,82	16 740,39
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	23 800,44	22 605,13
Segurança Social	76 930,27	74 861,63
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	139 324,53	114 207,15

15.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	573 607,92	-	529 435,61
Remunerações a pagar	-	568 946,36	-	525 532,02
Cauções	-	3 035,88	-	3 903,59
Outras operações	-	1 625,68	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	12 441,19	-	8 264,37
Guarda Valores Utentes	-	264 797,52	-	275 029,52
Outros credores	-	20 635,86	7 842,79	19 472,17
Adiantamentos de clientes e utentes	-	1 003,40	-	-
Total	-	872 485,89	7 842,79	832 201,67

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	855 420,08	836 864,11
Gertal	746 944,39	745 005,51
Clinica Fisiatrica	87 353,67	91 858,60
Outros subcontratos	21 122,02	-
Serviços especializados	1 101 149,95	871 558,83
Vigilância e Segurança	133 777,04	117 127,43
Honorários Trab Independentes	179 468,37	180 811,98
Conservação e Reparação Equipamentos	105 053,80	118 221,21
Conservação edificios afetos atividade	239 027,74	133 962,55
Conservação património rendimento	135 241,81	58 643,48
Encargos Saude Utentes	154 168,06	146 598,34
Outros Serviços Especializados	154 413,13	116 193,84
Materiais	47 009,37	53 375,00
Energia e fluidos	413 027,63	424 561,21
Deslocações, estadas e transportes	16 777,45	14 980,61
Serviços diversos	147 047,97	127 001,42
Comunicações	33 103,36	32 776,57
Seguros	23 120,80	24 200,09
Limpeza, higiene e conforto	60 079,30	31 034,18
Outros	30 744,51	38 990,58
Total	2 580 432,45	2 328 341,18

15.12. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	354 770,95	315 595,67
Descontos de pronto pagamento obtidos	27 896,08	29 341,19
Recuperação de dívidas a receber	470,00	-
Ganhos em inventários	171,59	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	142,56	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 116 706,08	955 631,05
Alienações investimentos não financeiros	42 911,68	163 220,00
Juros de depósitos obtidos	5 708,65	18 150,69
Dividendos obtidos	-	132,80
Outros rendimentos similares	-	-
Outros rendimentos e ganhos	121 702,84	154 262,35
Subsidios Investimento	51 752,04	46 408,55
Correcções Exercícios Anteriores	7 541,94	25 172,72
Ganhos Imobilizações	-	-
Ganhos Vitalícios	33 599,77	71 189,77
Outros	28 809,09	11 491,31
Total	1 670 480,43	1 636 333,75

15.13. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	22 858,30	26 735,81
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	1 882,31	2 830,75
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	122,43
Apoio pecuniário a carênciados	8 815,33	7 745,51
Outros Gastos Similares	3 839,96	3 195,33
Outros Gastos e Perdas	44 932,24	31 265,79
Correcções relativas anos anteriores	30 718,50	20 416,89
Donativos	1 416,64	1 421,64
Quotizações	6 643,20	4 234,83
Contrato Vitalícios	-	-
Outras Penalidades (contratuais)	781,00	61,28
Outros	5 372,90	5 131,15
Total	82 328,14	71 895,62

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 473,36	7 575,67
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	4 473,36	7 575,67

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

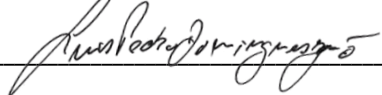
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



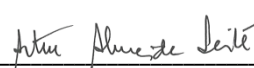
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Mesa Administrativa em 01 de março de 2017.

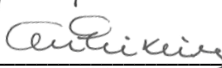
Vila Nova de Gaia, 01 de março de 2017

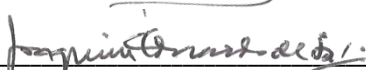
O Contabilista Certificado

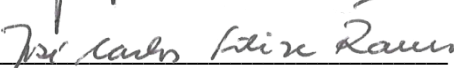


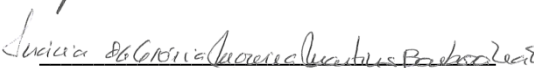
A Mesa Administrativa

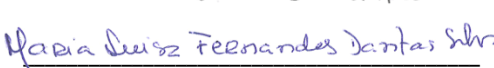


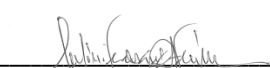




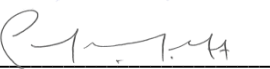












PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal apreciou, com vista a emitir o seu parecer, conforme estabelece o “Compromisso”, acerca do Relatório de Atividades e Contas de 2016, elaborado e apresentado pela Mesa Administrativa, como é de sua competência.

Da análise efetuada às diversas rubricas bem como da leitura do Parecer do Revisor Oficial de Contas não foram identificadas quaisquer desconformidades suscetíveis de ser posta em causa a sua aprovação.

Estes documentos merecem o parecer favorável deste Órgão.

O Conselho Fiscal entende também propor um voto de Louvor à Exm.^a Mesa Administrativa, pela sua dedicação e trabalho desenvolvido durante este exercício.

Vila Nova de Gaia, 22 de março de 2017

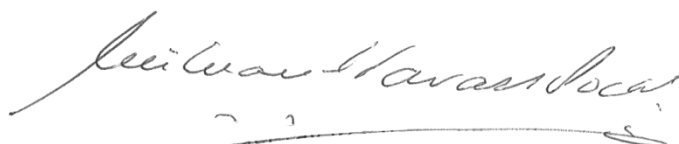
O Conselho Fiscal



Manuel Francisco Caruncho Sá (Presidente)



Manuel Fernando Chaves da Silva (Vogal)



Rui Manuel Tavares Poças (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 12.980.568,02 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.710.700,68 euros, incluindo um resultado líquido de 47.164,40 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Decorrente das alterações introduzidas pelo Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho de 2015, que aprova a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, a Reserva constante da Certificação Legal das Contas do ano anterior, deixou de ter razões para permanecer.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



1

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

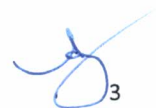
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 20 de março de 2017



António Magalhães & Carlos Santos, SROC

Representada por António Monteiro de Magalhães - ROC n.º 179

Relatório de Atividades
do Balanço e Contas e Parecer do Conselho Fiscal // 2016



Misericórdia de Gaia
Rua Teixeira Lopes 33
4400-320 Vila Nova de Gaia
Tel: 223 773 350
geral@scmg.pt
www.scmg.pt